

APRESENTAÇÃO – ROBERTO SENISE LISBOA	7
ABREVIATURAS	15
INTRODUÇÃO	17
1. ESCORÇO HISTÓRICO.....	29
1.1 Os juros a partir da Idade Média e sua evolução ante o direito canônico	29
1.2 Os juros e o direito romano	35
1.3 A evolução da questão dos juros no direito brasileiro	37
2. LINEAMENTOS DOS JUROS	40
2.1 Conceito	40
2.2 Finalidades (remuneração do capital e neutralização do risco)	45
2.3 Natureza jurídica	48
2.4 Direito comparado	50
2.4.1 Estados Unidos	50
2.4.2 Inglaterra	54
2.4.3 Argentina	55
2.4.4 França	59
2.4.5 Espanha	62
2.4.6 Portugal	65
2.4.7 Itália	67
2.4.8 Suíça	68
2.4.9 Alemanha	69
2.4.10 Conclusões extraídas do direito estrangeiro	70
2.4.10.1 Limites das taxas de juros	70
2.4.10.2 Anatocismo	71
2.4.10.3 Juros compensatórios e necessidade de pacto exp- presso	71
2.4.10.4 Juros moratórios	72

3. CLASSIFICAÇÃO	73
3.1 A questão metodológica	73
3.2 Proposta de classificação dos juros	74
3.3 Juros quanto à origem	76
3.3.1 Juros legais	76
3.3.2 Juros convencionais	80
3.3.3 Distinção	81
3.4 Juros quanto ao fundamento	83
3.4.1 Juros compensatórios	83
3.4.1.1 Juros convencionais compensatórios	84
3.4.1.2 Juros legais compensatórios	85
3.4.1.3 Obrigação natural de juros compensatórios	94
3.4.2 Juros moratórios	95
3.4.2.1 Mora	97
3.4.2.2 Juros legais moratórios	105
3.4.2.3 Juros convencionais moratórios	107
3.4.2.4 Início da contagem dos juros moratórios	108
3.4.2.5 Juros moratórios nas obrigações decorrentes de ato ilícito	116
3.4.2.6 Juros moratórios nas obrigações negativas	118
3.4.2.7 Juros moratórios nas dívidas de dinheiro	120
3.4.2.8 Juros moratórios nas obrigações convertidas em perdas e danos – Inadimplemento absoluto	126
3.4.2.9 Juros moratórios na mora do credor	127
3.4.2.10 Juros moratórios e mora simultânea	129
3.4.2.11 Juros moratórios nas moras <i>ex persona</i> especiais ...	130
3.4.2.12 Juros moratórios nos títulos de crédito	131
3.4.2.13 Juros moratórios devidos pelo Estado	135
3.4.2.14 Outros casos – Falência, concordata e administração de portos	142
3.4.2.15 Desnecessidade de pedido expresso de juros moratórios	143
3.4.2.16 Cumulação de juros moratórios com juros compensatórios	144
3.5 Juros quanto à capitalização	147

3.5.1	Juros simples e compostos	147
3.5.1.1	A taxa de juros nominal e efetiva como indicativo de juros capitalizados de forma composta	149
3.5.2	A proibição legal dos juros capitalizados de forma composta inserta no Decreto 22.626/33	150
3.5.2.1	Anatocismo	150
3.5.2.2	O alcance do art. 4.º do Decreto 22.626/33	154
3.5.3	Exceções que possibilitam a aplicação de juros compostos	155
3.5.3.1	Os juros capitalizados de forma composta e as obrigações decorrentes de atos ilícitos	156
3.5.3.2	Os juros capitalizados nos débitos trabalhistas	158
3.5.3.3	Os juros capitalizados de forma composta em normas especiais	159
4.	SISTEMAS DE AMORTIZAÇÃO	160
4.1	<i>Tabela price</i>	160
4.1.1	Os fundamentos da <i>tabela price</i>	163
4.1.2	A <i>tabela price</i> e o anatocismo frente à ciência matemática ...	164
4.1.3	A ilegalidade da <i>tabela price</i> tendo em vista o critério do art. 6.º do Decreto 22.626/33	171
4.1.4	Argumentos a favor da legalidade da <i>tabela price</i>	177
4.1.5	Exemplo prático de aplicação ilegal da <i>tabela price</i>	181
4.1.6	A <i>tabela price</i> diante do Código de Defesa do Consumidor ..	183
4.2	Sistema de amortização constante (SAC)	190
4.2.1	Legalidade do sistema de amortização constante	191
5.	A LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS	195
5.1	O limite dos juros no direito brasileiro	195
5.2	Os juros convencionais moratórios	197
5.3	Os juros convencionais compensatórios	198
5.4	Limites decorrentes de leis especiais e conclusões	202
6.	OS JUROS E AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	205
6.1	A liberação das taxas de juros para as instituições financeiras	205
6.1.1	A Constituição Federal de 1988 e a limitação das taxas de juros	213
6.1.2	Tese da competência constitucional exclusiva do Congresso Nacional para legislar sobre matéria financeira	221

6.1.3	Tese da necessidade de demonstração da taxa liberada – Tendência jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça quanto à limitação das taxas de juros	225
6.2	Instituições financeiras e os juros capitalizados de forma composta	227
6.2.1	A Medida Provisória 1.963-17 e a questão da liberação do anatocismo para as instituições financeiras	230
6.3	Cédulas e notas de crédito rural, industrial, comercial e à exportação	235
6.3.1	O limite da taxa de juros nas cédulas e notas de crédito	236
6.3.2	A capitalização de juros nas cédulas e notas de crédito	237
6.3.3	Juros moratórios nas cédulas de crédito	239
6.4	Cédula de Crédito Bancário	239
6.4.1	Características da Cédula de Crédito Bancário	245
6.4.1.1	Garantias	245
6.4.1.2	Penhor de direitos	245
6.4.1.3	Penhor e tradição do bem	246
6.4.1.4	Seguro	246
6.4.1.5	Registro	246
6.4.1.6	Deteriorações	247
6.4.1.7	Cessão	247
6.4.2	A capitalização dos juros na Cédula de Crédito Bancário ...	248
7.	SISTEMA FINANCEIRO IMOBILIÁRIO EM RAZÃO DOS JUROS COMPOSTOS	251
7.1	Sistema Financeiro Imobiliário – Considerações gerais	251
7.1.1	Conceito e natureza jurídica	251
7.1.2	Objeto	254
7.2	Os juros no Sistema Financeiro Imobiliário	254
8.	USURA	257
8.1	Usura pecuniária e usura real	257
8.1.1	A etimologia de “juros onzenários”	261
8.2	A usura e as taxas de juros	262
8.2.1	Usura real – lesão – em razão das instituições financeiras ...	262
8.2.2	Usura pecuniária	265
8.3	Medida Provisória 1.820 – Repressão à usura	267
8.3.1	Usura pecuniária	268

8.3.2	Usura real (lesão)	268
8.3.3	Garantia dissimulada nos negócios usurários	270
8.3.4	Inversão do ônus da prova	271
8.3.5	Exclusão de incidência da norma	271
8.4	A usura e o Código de Defesa do Consumidor	272
8.5	Títulos de crédito e usura	274
8.6	Vendas a prazo e usura disfarçada no preço	275
9.	CORREÇÃO MONETÁRIA – DIFERENÇA ESPECÍFICA DE JURO	278
9.1	Conceito	278
9.2	Legislação vigente acerca de correção monetária	280
9.2.1	Periodicidade de correção monetária	280
9.2.2	Vedação da utilização de moeda estrangeira para correção monetária	285
9.3	Termo inicial da correção monetária	286
9.3.1	Ilícitos contratuais	286
9.3.2	Débitos decorrentes de decisão judicial	289
9.3.3	Títulos de crédito	290
9.3.4	Ato ilícito	291
9.4	Taxas de juros – Indevida utilização como mecanismo de correção monetária	292
9.4.1	Taxa Referencial de Juros – TR	293
9.4.1.1	Âmbito de abrangência da TR	300
9.4.1.2	Uso da TR nos contratos celebrados no âmbito do SFH após a Lei 8.177/91	303
9.4.2	Taxa Selic	310
9.4.2.1	Fixação da taxa Selic e os juros decorrentes de crédito tributário	310
9.4.2.2	Natureza jurídica da taxa Selic	316
9.4.3	Comissão de permanência	318
9.4.4	Outros mecanismos que não representam correção monetária	322
9.4.5	O uso indevido de taxa de juro como correção monetária cumulada com taxa de juro	323
	CONCLUSÃO	325
	BIBLIOGRAFIA	345

1. Livros	345
2. Artigos	351
3. Dissertações e teses	354
4. Internet	354
5. Periódicos, textos e compilações	355

APÊNDICE	357
----------------	-----

1. Medida Provisória 2.170-36, de 23 de agosto de 2001	357
2. Medida Provisória 2.172-32, de 23 de agosto de 2001	359
3. Medida Provisória 2.183-56, de 24 de agosto de 2001	360
4. Medida Provisória 2.160-25, de 23 de agosto de 2001	363
5. Súmulas do STJ	369
6. Emenda Constitucional n. 40, de 29 de maio de 2003	370